

FERNANDO PEREIRA MARQUES *

A INSTITUIÇÃO MILITAR E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

1. Poder-se-á considerar a reforma de 1937/38 como um dos marcos decisivos no processo de integração das Forças Armadas no regime salazarista. Enfrentando resistências — sobretudo dos que eram atingidos pela redução dos efectivos prevista (Caetano, 1977: 63 ss.) — mas contando com o apoio activo de jovens oficiais, Salazar não só implementou no essencial as medidas que delineara com a colaboração do capitão Santos Costa, como conseguiu «disciplinar» as Forças Armadas (FFAA) no âmbito das instituições, das burocracias do Estado e dos diversos corpos para-militares ou militarizados existentes.

Este fenómeno carece ainda de estudo aprofundado e específico, importante para a compreensão da instituição do Estado Novo. Mas aqui só a constatação do facto nos interessa.

Na verdade, observar-se-á que a partir dessa altura, nem as tentativas da oposição civil-militar que prolongava o democratismo republicano, nem as defecções de militares anteriormente afectos ao regime — donde se destaca o caso de Humberto Delgado que viria a culminar na sua candidatura à Presidência da República em 1958 —, nem sequer as rupturas acontecidas no interior do próprio regime e da sua classe dirigente (casos Craveiro Lopes/Botelho Moniz, p. ex.), conseguiram desestabilizar, de forma significativa, o equilíbrio institucional-funcional em que assentava a ordem salazarista nas suas diversas componentes, incluindo a militar.

Além do período que vai da Regeneração (1851) a 1981 — com as derradeiras «saldanhadas» pelo meio —, poder-se-á afirmar que o consulado de Salazar constitui também o mais longo período de integração da instituição militar, do ponto de vista político, desde 1820.

* Sociólogo.

2. Quais as causas que poderão explicar este facto?

Haverá desde logo quem, de uma forma simplista, acentue os aspectos repressivos do regime, a vigilância das polícias, a criminalização imediata de qualquer tentativa de oposição. O que, constituindo elementos a considerar, não esgota a explicação possível.

Numa outra óptica, afirmar-se-á que o Estado Novo correspondeu às expectativas e interesses das FFAA, dignificando a condição militar do ponto de vista profissional e social, satisfazendo reivindicações de carácter técnico-modernizador, de estatuto e ideológicas.

Ora, é verdade que a natureza autocrática do regime teve uma função normalizadora e neutralizadora do protesto e da diferença, não só no que concerne à instituição militar como ao todo social. Por outro lado, também não é menos verdade que, sobretudo nos primeiros tempos, o Estado Novo procedeu a tarefas de necessária modernização material e organizacional dos diversos ramos militares, o que foi favorecido no post-Guerra, pela integração de Portugal na Aliança Atlântica.

Importa ainda referir que o poder estado-novista sempre procurou não ferir susceptibilidades corporativas, no que diz respeito às relações entre a instituição militar e as forças militarizadas e milicianas, garantindo originalmente uma articulação em que assegurou à primeira estatutos e funções que garantiam assim certas prerrogativas e papéis sociais.

Quanto ao factor ideológico, é importante referir os valores e as mitologias segregadas pelo regime, que correspondiam àquilo que se poderá dizer ser a «ideologia militar natural» ou tradicional e que, noutro plano, se exprimia também no que Eduardo Lourenço chama «a aliança fatal entre *uma ideologia política hostil aos partidos* e a *ideologia formal* necessária à existência da unidade nas Forças Armadas» (Lourenço, 1975: 52).

Finalmente, mesmo que em grande medida de um ponto de vista formal, o Estado Novo reservou à hierarquia militar o preenchimento de funções de relevo no aparelho de Estado, de carácter administrativo-económico ou administrativo-político (Chefia do Estado, governos civis, governos coloniais, etc.), fomentando uma lógica de fidelidade clientelista. Ao circular entre postos-chave na orgânica militar e postos-chave/administrativos/económicos/políticos, a hierarquia militar mantinha-se inserida nas relações de poder sobre as quais o regime assentava.

3. Destacados estes aspectos, convém debruçarmo-nos sobre outros porventura mais decisivos. São eles, e como também sublinha o já referido Eduardo Lourenço, a eficaz politização

«apoliticista» a que procedeu o regime, associada à estabilidade monolítica do mesmo por causa da ocultação dos conflitos político-sociais, conseguida através da repressão das oposições.

No que diz respeito à politização «apolicista», se ela teve profundas consequências sobre a sociedade global, não as teve menos no que concerne às FFAA que assim assumiram o valor mítico da sua «não-ideologia», segundo a qual constituiriam uma instituição acima da política ou para além dela. A exemplo, aliás, do que se passa com a Igreja que pretende, ao navegar no sagrado, passar impoluta e intocável por entre os escolhos dos antagonismos e dos afrontamentos situados nas instâncias do político e do social.

Virá a propósito referir o livro *Da Pulhice do Homo Sapiens* (Delgado, 1933) de um homem que anos mais tarde viria a corporizar a oposição ao salazarismo: Humberto Delgado. Nesse virulento panfleto, publicado em 1933 quando ele ainda era tenente-aviador, o futuro «General sem Medo» criticava aquilo que considerava continuar a ser a indisciplina nas FFAA, ao mesmo tempo que expunha as teses e as motivações que haviam levado jovens oficiais como ele, a aderir entusiasticamente a Salazar e à sua acção.

Nesse livro faz-se, em substância, o que pretende ser a desmontagem da politização parcelarizante, disciplinadora, subvertedora da hierarquia e da funcionalidade, que a monarquia constitucional e a República democrática teriam provocado, e, em contrapartida, a apologia do apoliticismo:

«Seriam ridículos, se não fossem nojentos estes Beires ambiciosos e Sanches sabujos [referência a militares coetâneos] que fingem bater-se para que o 'exército não seja político' quando eles nunca foram outra coisa na vida.

O exército tem que ser apolítico. Entre outras razões para isso se fez o 28 de Maio. Não é, porém, a malta política com galões quem tem o direito de fingir que assim o quere. Basta de mentira» (*Idem*: 71).

Repare-se na referência depreciativa à «malta política com galões», portanto aos militares de uma forma ou de outra coniventes com a situação anterior ao golpe de 1926. Verifica-se assim esta pretensão mítica própria, já o dissemos, à «não-ideologia» castrense, pela qual, inclusivamente, se despolitizava, como que por um fenómeno de transubstanciação, a intervenção liderada por Gomes da Costa, tornada acto providencial e nacional.

4. Ao êxito desta penetrante acção de esvaziamento da conflitualidade política e da diferença ideológica, deve-se em

grande medida, portanto, a coesão inerte das FFAA e a relativa estabilidade do regime, sobretudo nos seus anos áureos.

Atingiu-se tal situação através da eliminação dos partidos e das organizações laborais e de uma acção em profundidade de sufocação cultural e intelectual. Os próprios excessos extremistas, do tipo nacional-sindicalista, foram travados e esvaziados, assim como rapidamente desapareceram as tímidas encenações político-militaristas, constituídas por desfiles e outras demonstrações de legionários e de MP's sempre mais raros e menos espectaculares.

Afirmou-se hegemonicamente um projecto de sociedade e de economia, assente numa visão tradicionalista do mundo, no qual a normalidade autocrática correspondia também a uma concepção da gestão político-social onde se cultivavam, predominantemente, valores característicos de fases de desenvolvimento do pré-industrialismo na sua expressão europeia e dos demais países mais avançados.

Como se sabe, e Huntington (1975) recorda, um processo de modernização desencadeado ou acelerado por rupturas de carácter institucional e social, é acompanhado de um fenómeno de politização de estratos e grupos sociais que suscita e impulsiona o alargamento da participação. Participação esta que, não sendo mediatizada por instituições já existentes, ou face à ausência ou ineficácia de canais por onde ela possa fluir, pode degenerar em formas tumultuosas de acção social.

Foi o que se passou durante o longo período de afirmação do constitucionalismo oitocentista e durante a I República, não escapando a esse fenómeno de politização e fraccionamento, além das classes, grupos e estratos sociais, instituições como o exército ou até, de forma diferente, a própria Igreja.

Salazar ⁽¹⁾ e o Estado Novo, combatendo um processo desse tipo, institucionalizaram aquilo a que na Constituição de 1933 era chamado uma «república unitária e corporativa» que se caracterizaria pela existência de um Executivo monolítico dependente da liderança pessoal do seu Presidente, um Parla-

(1) Vejam estas significativas palavras de Megevand (1957): «Cet ouvrage n'est pas un livre politique. C'est la biographie d'un Chef de Gouvernement qui, s'il se meut dans les hautes régions de la politique, ne s'abaisse à faire de la politique au sens usuel du mot. Nous savons ce que trop souvent celle-ci recouvre de flagornerie, de bassesse, de vilains procédés, d'ambition plus ou moins dissimulée.

Le Profr. Dr. Antonio d'Oliveira Salazar n'a jamais brigué aucun mandat, n'a jamais convoité tel ou tel ministère, ne s'est jamais lancé dans l'arène des passions politiques».

mento esvaziado de poderes reais, um sistema unipartidário emitindo e impondo um único discurso pretensamente legitimado em formalidades de carácter eleitoral e na supremacia do interesse unificante de *A Nação (Nada contra a Nação. Tudo pela Nação)*. A política salazarista distinguir-se-ia por um pragmatismo cauteloso, assente no curto prazo, a que não faltariam actos de bom senso financeiro, diplomático e até político, sempre inseridos numa preocupação global de contenção das dinâmicas endógenas de mudança social ou daquelas suscitadas por factores exógenos, susceptíveis de abalarem tão «harmoniosa» ordenação, despertando as forças ocultas do crescimento económico, da industrialização, da proletarização, ou seja, da modernização numa determinada fase de desenvolvimento.

Voltando ao tema que nos ocupa, restará dizer, em síntese, que as FFAA reflectiam esta construção do regime, sob os efeitos do seu desenvolvimento orgânico no mesmo e dos fenómenos já referidos como o da despolitização da conflitualidade.

5. É óbvio que o que acabamos de dizer não significou uma ausência integral de tensões. Na relação entre as FFAA e o regime surgiram reivindicações modernizadoras e problemas de carácter corporativo derivados, nomeadamente, da cristalização de clientelas, com uma consequente ausência de mobilidade e subalternidade da instituição, como subalterno se tornava o papel do órgão que no Estado a encarnava: a Presidência da República. Sem esquecer as disputas de prerrogativas e competências existentes, apesar de tudo, em relação a forças paramilitares e policiais como a PIDE, inevitáveis no longo prazo.

Neste âmbito se insere a oposição anti-Santos Costa conduzida por vários sectores militares que, em meados dos anos 50, se polarizaria em torno de Craveiro Lopes, assim como a progressiva ruptura com o salazarismo de homens como Henrique Galvão e Humberto Delgado⁽²⁾. Processo este acentuado pela inserção, já citada, de Portugal no Tratado do Atlântico Norte e sequente abertura às realidades políticas e militares das democracias ocidentais, agravado depois irreversivelmente pelos factores que acompanharam a perda das possessões indianas e o início da guerra nas colónias de África.

Estes últimos factos, acentuariam as divergências no seio do regime e da hierarquia militar (movimento Botelho Moniz com apoio de Craveiro Lopes em 1961) para além de gerar problemáticas mais específicas.

(2) Vd. Delgado (1974), Galvão (1976) e Mello (1983).

Com efeito, tornar-se-á manifesta a não coincidência entre critérios de carácter técnico-operacional e as estratégias políticas definidas por Salazar. Questão particularmente evidente no que se passou na Índia, mas também no que diz respeito à clivagem existente entre o «seguir para Angola e em força» definido voluntaristicamente pelo Presidente do Conselho, e a situação concreta de umas FFAA há muito alheias a situações de guerra e insuficientemente preparadas, quer do ponto de vista político e psicológico quer material. Deste embate entre a vontade política de Salazar e dos seus mais fiéis seguidores, e as realidades militares perante as novas situações, surgiriam portanto as primeiras manifestações do processo que viria a desembocar decisivamente no 25 de Abril de 1974.

6. Estas contradições surgidas entre membros da hierarquia militar e o regime na sua componente mais esclerosadamente salazarista, quanto às atitudes e às medidas a adoptar face à questão colonial, após o desgaste de mais de um decénio de guerra em três frentes, do agravamento do isolamento internacional e da radicalização da oposição interna, seriam seguidas por um processo de ruptura mais profundo e corporativo cuja causa imediata seriam, como se sabe, os Decretos-Lei 353/73 e 409/73 referentes às promoções dos oficiais milicianos. Pode-se dizer que isto vem culminar uma progressiva distanciação crítica em relação ao *status quo*, na medida em que a situação de guerra levantava não só questões práticas de natureza organizativa e corporativa, como também dava origem a um novo posicionamento das FFAA no seio do poder de Estado e face à sociedade, expondo-as e envolvendo-as na controvérsia política pública e interna ao poder. Como sublinha, por exemplo, Cunha (1975) artigos em publicações militares, relatórios da acção psicológica do E.M.E. e outros textos exprimirão essa crescente problematização do regime e da sociedade por parte dos militares de carreira.

O recurso de Marcelo Caetano, já em 1974, à encenação de uma manifestação de fidelidade da alta hierarquia — a célebre «brigada do reumático» — constituiria a demonstração quase patética de dois factos: da fraqueza de um líder tentando, num contexto já de crise, obter a legitimidade e a autoridade que lhe faltavam; da ilusão de que o poder institucional se confunde sempre com o poder de decisão operacional. Tanto mais que, inabilmente, o sucessor de Salazar contribuiria para criar um factor decisivo ao desencadeamento com sucesso do pronunciamento democrático, ao permitir que se consumasse o rompimento com dois oficiais gerais potenciais cabeças — como

de facto viriam a ser — do movimento, que asseguraria a continuidade hierárquica propiciadora da coesão da instituição dentro da ruptura, facto que facilitaria a passividade de uns corpos e a adesão de outros — condição quase *sine qua non* de uma intervenção em moldes não tumultuários.

Huntington (1975: 205) afirma: «É igualmente erróneo tentar explicar a intervenção militar na política através da estrutura interna na organização militar ou das origens sociais dos oficiais que participam na intervenção». Com efeito, se não parecem poder considerar-se como decisivas, na linha do que por vezes se afirma, as transformações havidas na origem social dos militares de carreira, já não parece tão linear a não pertinência daquilo que se pode entender por mudanças na «organização militar». Viu-se a importância da afluência e da influência da oficialidade miliciana, assim como dos problemas de carácter corporativo e organizacional geradores da politização das contradições, com as consequências também referidas, facilitadas pela situação de bloqueamento e esclerosamento políticos a que o regime chegara.

7. Uma vez tecidas estas considerações, resta tentar uma panorâmica do que se passou depois.

É o que se passou depois? Umhas FFAA fadoras de guerra tornadas inesperadamente fadoras de paz. Uma instituição pilar de um regime autocrático de súbito transmutada em agente de ruptura social e política. Militares formados no culto do apoliticismo tornados militantes radicais e mediadores ideológicos. Qual a explicação para este fenómeno que se diria oscilar entre o miraculoso e o fantástico?

Pode-se afirmar que o 25 de Abril possuiu as características de um pronunciamento tipo, não sendo sequer original o papel desempenhado por oficiais de escalão intermédio (capitães). A saber:

— Base político-programática ampla pela sua generalidade e moderação.

— Do ponto de vista operacional, movimentação convergente para os centros de poder e para os objectivos a ocupar.

— Recurso aos modernos *media* para enunciar os fins a atingir, como outrora se recorria às proclamações e exortações orais e escritas.

— Dissuação das resistências sem suscitar o confronto, facilitada pela chefia assumida publicamente por oficiais gerais.

— Preocupação em evitar o transbordamento da rua e a mobilização popular, o que no caso se mostrou impossível.

Note-se que ao contrário de muitas outras intervenções havidas ou tentadas durante o salazarismo, a participação civil foi subsidiária e nunca com dimensão operacional. Tratou-se, de facto, de um movimento militar, legitimado e normalizado pela já referida adesão de oficiais gerais que assumiriam o papel de interlocutores no processo de transferência e de preenchimento do vazio de poder, assim como sancionado pela adesão popular.

O que se passou a partir daqui tem sido, se não suficientemente estudado, pelo menos relatado. A ausência de instituições e de estruturas por onde se canalizasse a conflitualidade social e política, daria origem a um transbordamento tumultuário, e um consenso original seria seguido em breve de um processo de fraccionamento nascido da acelerada politização e ideologização dos conflitos e dos antagonismos.

Os militares não escapariam — expostos na sua função arbitral e enquanto poder — a esse fraccionamento, a essa politização e ideologização, que abalariam legitimidades, relações hierárquicas e comportamentos, assim como a sua coesão funcional.

Compreensível se torna que a estabilização e normalização institucional surja na sequência de uma nova intervenção militar que, neutralizando os sectores mais radicais, reinstalará a normalidade no seio das próprias FFAA.

Posteriormente, e até à revisão constitucional de 1982, algumas correntes políticas consideraram o Conselho da Revolução — órgão corporizando a presença tutelar das FFAA durante a fase de transição — como sendo factor de instabilidade. Ora, se se tratava obviamente de um órgão de excepção nascido duma situação não menos excepcional, a verdade é que ele permitiu, durante todo um período complexo e instável, que as FFAA se mantivessem institucionalmente visíveis e politicamente comprometidas.

Aspecto tanto mais importante — e aqui regressamos à questão que justifica estas reflexões — quanto o problema da democratização das FFAA ou, se se quiser por outras palavras, o problema da sua inserção num ordenamento institucional democrático moderno, não se resolve unicamente através de medidas legislativas, mas sobretudo por um processo global de estabilização e de banalização do diferendo político, *politizando-se* a natureza, as funções e a condição militar no âmbito das regras e dos valores democráticos face ao que o apoliticismo não faz sentido. Regras e valores segundo os quais as FFAA não são entidade acima e além da política, mas componente inte-

grada de um ordenamento constitucionalmente definido e regulamentado.

Normalizado o funcionamento democrático das instituições, através da definição de vias organizadas de canalização dos antagonismos, de estabelecimento de consensos legitimados e de mediação ideológica das diferenças, cabe à instituição militar um campo legal e profissional específico, enquanto principal executante de uma política global de Defesa e principal gestora dos meios necessários à prossecução desta política.

Neste sentido de consolidação democrática e de modernização da sociedade, importa pois romper com as dependências mítico-simbólicas herdadas do regime estado-novista pelas quais, como se se procedesse a uma repartição de poderes, se atribuía a chefia do Estado a um oficial general ou graduado nesta patente. O equilíbrio de poderes que deverá determinar o poder de Estado, é um equilíbrio socialmente determinado e isento de qualquer tutela conotada com a função arbitral e excepcional da instituição militar sobrepondo-se às exteriorizações ideológicas que os partidos mediatizam.

Em síntese, uma vez terminado este longo ciclo em que o vazio de participação política era preenchido por um excesso de Estado apoiado na cumplicidade da componente militar, há que prosseguir com uma dinâmica de democratização modernizadora e socialmente transformadora, na qual os factores que determinam o Poder devam ser factores politicamente expressos no âmbito dos projectos e das opções onde não cabe, se não na sua dimensão profissional e cívica, a instituição militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Caetano, Marcelo (1977), *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo.
- Cunha, Barão da (1975), *Radiografia Militar*, Lisboa, O Século.
- Delgado, Humberto (1933), *Da Pulhice do Homo Sapiens — Da monarquia de vigaristas pela república de bandidos à ditadura de papá*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes.
- Delgado, Humberto (1974), *Memórias*, Lisboa, Delfos.
- Galvão Henrique (1976), *Da Minha Luta Contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal*, Lisboa, Arcádia.
- Huntington, Samuel P. (1965), *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, S. Paulo, Forense-Universitária.
- Lourenço, Eduardo (1975), *Os Militares e o Poder*, Lisboa, Arcádia.
- Megevand, Louis (1957), *Le Vrai Salazar*, Paris, Nouvelles Editions Latines.
- Melo, Manuel José Homem de (1983), *Cartas de Salazar a Craveiro Lopes, 1951-1958*, Lisboa, Moraes.